



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Dr. Hiran

REQUERIMENTO Nº DE - CAS

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir o cenário atual da **Atrofia Geográfica**, as barreiras ao diagnóstico precoce e a incorporação de novas terapias no sistema público e suplementar de saúde.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

- representante do Conselho Brasileiro de Oftalmologia;
- representante da Sociedade Brasileira de Retina e Vítreo;
- representante da Associação de Pacientes Retina Brasil;
- representante do Ministério da Saúde;
- o Doutor Mauricio Maia, Médico Oftalmologista Especialista em Doenças da Retina e Professor adjunto e livre docente em oftalmologia da EPM/UNIFESP.;
- representante da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA.

JUSTIFICAÇÃO

A Atrofia Geográfica (AG) representa o estágio avançado da Degeneração Macular Relacionada à Idade (DMRI) em sua forma seca — uma doença crônica, progressiva e degenerativa da retina, que acomete principalmente indivíduos acima de 60 anos. Trata-se de uma das principais causas



de cegueira irreversível no mundo e no Brasil, com impacto significativo na qualidade de vida dos pacientes e na saúde pública.

Segundo estimativas da Sociedade Brasileira de Retina e Vítreo, mais de 300 mil brasileiros vivem com algum grau de AG, número que tende a crescer de forma expressiva em decorrência do envelhecimento populacional. Apesar da gravidade e da progressão inevitável da doença, não há tratamento aprovado ou disponível no Brasil para a forma seca da DMRI, diferentemente da forma úmida, que conta com terapias incorporadas ao SUS desde 2021.

Em contraste, países como Estados Unidos, Japão e Austrália já aprovaram medicamentos inovadores que demonstraram eficácia em retardar a progressão da atrofia geográfica, oferecendo uma nova perspectiva terapêutica para pacientes que, até então, não tinham alternativas clínicas.

Diante desse cenário de necessidade não atendida, propõe-se a realização de audiência pública com o objetivo de:

- Discutir o panorama atual do diagnóstico e manejo da AG no Brasil;
- Avaliar o impacto da doença na saúde pública e na vida dos pacientes; e
- Apresentar evidências científicas sobre os tratamentos disponíveis internacionalmente.

Debater caminhos regulatórios, pesquisas clínicas e estratégias de acesso que possam viabilizar a chegada dessas terapias ao país.

Diante do envelhecimento da população brasileira, a Atrofia Geográfica deixará de ser uma condição silenciosa para se tornar um desafio



de saúde pública. Esta audiência busca antecipar soluções e garantir dignidade visual aos cidadãos.

Sala da Comissão, 31 de março de 2026.

Senador Dr. Hiran
(PP - RR)

